

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

2 a 15 de Janeiro de 2018 | Nº 151 | Ano VI • Director: José Luís Mendonça •

Kz 50,00

ECO DE ANGOLA

Págs.
3 a 5

DIÁLOGO NA SOCIEDADE TRADICIONAL COMO PRÁTICA DA MULTICULTURALIDADE

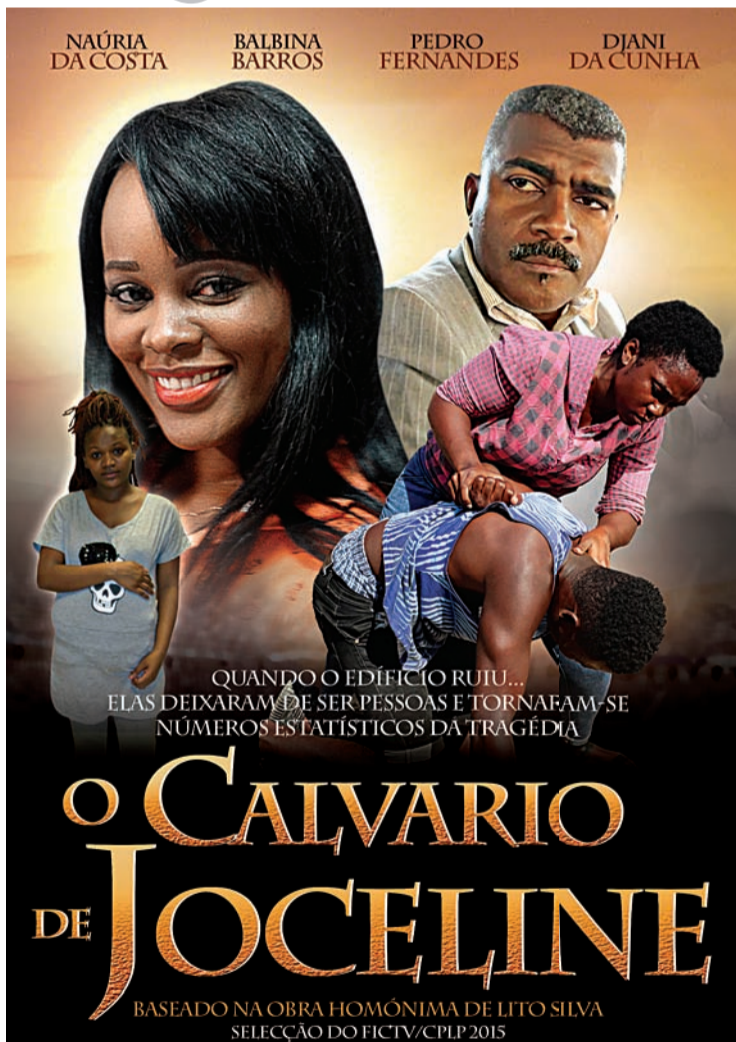


No modernismo atingiu-se um ponto crucial de negação da tradição. O consumo das indústrias culturais veiculadas pelos mass-media, iniciado primeiramente pelo processo de colonização, transformou a cultura americana e europeia num padrão de vida de fundo judaico-cristão.

Esse processo atingiu o saber tradicional de forma negativa, abafando-o. A globalização não massificou o saber africano, intimidou-o. Porém, será o modernismo culpado?

ARTES

Pág.
8



“O CALVÁRIO DE JOCELINE” NÃO PASSA EM ANGOLA

Lito Silva, realizador do filme, explica que “alguém decidiu politizar da pior forma possível uma coisa que nem sequer tem pendor político. Todos os outros países da CPLP o emitiram, excepto Angola, sem qualquer explicação.”

HISTÓRIA

Págs.
11 e 12

“PEDRA ESCRITA” DO LIBOLO SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA



A “Pedra Escrita”, no bairro Dala-Uso, é um lugar histórico, marcado pelas guerras de resistências impostas pelos nativos da região, no período da tentativa de ocupação da região pelas tropas portuguesas, entre 1917-1932.

DIÁLOGO INTERCULTURAL

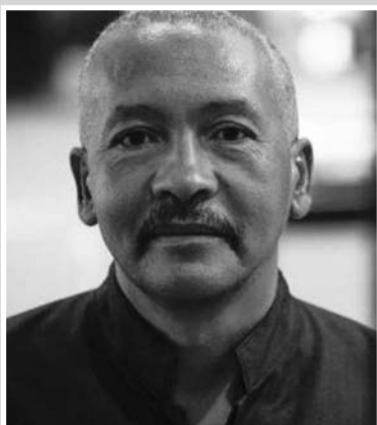
Pág.
13

CABO VERDE CRIA PLANO NACIONAL DE LEITURA



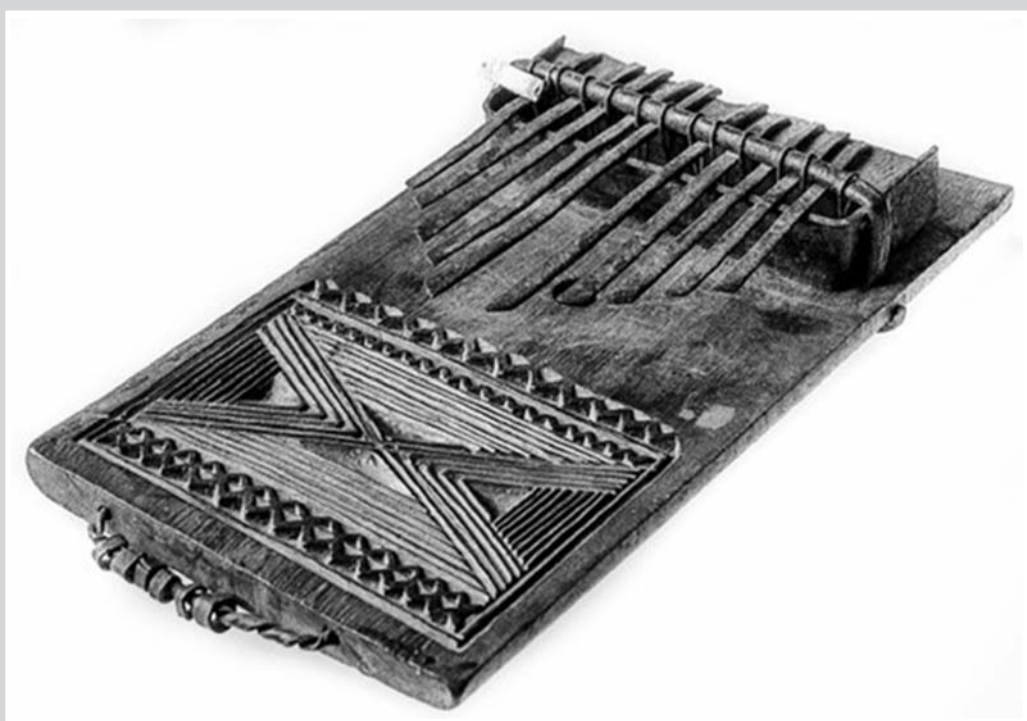
O Governo de Cabo Verde anunciou no passado dia 12 de Dezembro a criação de um Plano Nacional de Leitura, para aumentar os níveis de literacia e os hábitos de leitura e escrita no país.

RÉVEILLON



Todos os dias são dias de ano-novo.
 Não venham agora de candando.
 Fostes vós que o mundo inseminastes
 do pólen vespéral das catástrofes
 mas eu venho de me reeditar
 noutra espécie fora da espécie
 no covil dos vossos corações, é ano-novo
 boas entradas, boas saídas
 dança de fogo, saia esvoaçante
 rainha de Inglaterra, jantai-me à vossa mesa
 sou uma festa, comi-me até ao osso.

JOSÉ LUÍS MENDONÇA



Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

Nº 151/Ano VI/ 2 a 15 de Janeiro de 2018

E-mail: cultura.angolana@gmail.com

site: www.jornalcultura.sapo.ao

Telefone e Fax: 222 01 82 84

CONSELHO EDITORIAL

Director e Editor-chefe:

José Luís Mendonça

Editores:

Adriano de Melo e Gaspar Micolo

Secretária:

Ilda Rosa

Fotografia:

Paulino Damião (Cinquenta)

Arte e Paginação:

Jorge de Sousa,

Alberto Bumba, Sócrates Simóns

Edição online:

Adão de Sousa

Colaboram neste número:

Angola: António Setas, Eugénia Kossi, Kindala Manuel,
Lito Silva, Mário Pereira

Portugal: Sophia de Mello Breyner Andresen

FONTES DE INFORMAÇÃO GLOBAL:

AFREKA

AFRICULTURES, Portal e revista de referência

AGULHA

CORREIO DA UNESCO

MODO DE USAR & CO.

OBVIOUS MAGAZINE

Normas editoriais

O jornal Cultura aceita para publicação artigos literário-científicos e resenhas bibliográficas. Os manuscritos apresentados devem ser originais. Todos os autores que apresentarem os seus artigos para publicação ao jornal Cultura assumem o compromisso de não apresentar esses mesmos artigos a outros órgãos. Após análise do Conselho Editorial, as contribuições serão avaliadas e, em caso de não publicação, os pareceres serão comunicados aos autores.

Os conteúdos publicados, bem como a referência a figuras ou gráficos já publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os textos devem ser formatados em fonte Times New Roman, corpo 12, e margens não inferiores a 3 cm. Os quadros, gráficos e figuras devem, ainda, ser enviados no formato em que foram elaborados e também num ficheiro separado.

Propriedade



Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda
 Redacção 222 02 01 74 | Telefone geral (PBX): 222 333 344
 Fax: 222 336 073 | Telegramas: Proangola
 E-mail: ednovembro.dg@nexus.ao

Conselho de Administração

Victor Silva (presidente)

Administradores Executivos

Caetano Pedro da Conceição Júnior

José Alberto Domingos

Carlos Alberto da Costa Faro Molares D'Abril

Mateus Francisco João dos Santos Júnior

Administradores Não Executivos

Olimpio de Sousa e Silva

Catarina Vieira Dias da Cunha

DIÁLOGO NA SOCIEDADE TRADICIONAL COMO PRÁTICA DA MULTICULTURALIDADE



EUGENIA KOSSI

Este artigo aborda uma temática importante do processo de aculturação que o povo angolano sofreu com o processo de colonização e que vem sofrendo pela má interpretação dos preceitos da globalização. Tal concepção permitiu que o papel da sociedade tradicional tivesse perdido força levando à desvinculação da sabedoria do mais velho com o conhecimento científico. Neste âmbito, ocorre, à medida que o tempo passa, uma perda de identificação da sociedade, o que provoca conflitos entre o modernismo e a tradição.

Introdução

A sociedade tradicional como qualquer outra possui um leque de princípios organizacionais que caracterizam os agrupamentos humanos. Nestes moldes, tem ao longo dos séculos transmitido conhecimentos através da tradição oral tendo como base uma sabedoria ancestral própria e individual.

Esta fundamenta toda a vivência de uma comunidade ao promover uma educação cívica, moral e religiosa que se traduz na importância da coesão social e familiar por meio do diálogo. O mesmo é ainda hoje, em algumas sociedades como a mukongo (singular da palavra bakongo) o meio fulcral de unidade social. Tal como atesta Hampaté Bâ (1980) “a sociedade africana está fundamentalmente baseada no diálogo entre os indivíduos e na comunicação entre comunidades ou grupos étnicos [...]”.

Infelizmente, o chamado direito costumeiro é apresentado como o calcanhar de Aquiles do esforço de modernização duma sociedade, dando-se mais ênfase às leis modernas em detrimento dos modelos tradicionais. Esta situação gera, por outro lado, a desconfiança dos tradicionalistas sobre as boas intenções desse esforço.

O que há na verdade é uma falta de equilíbrio entre aquilo que é de fora e o que é de dentro, habituado o angolano nas escolas ao estudo da filosofia

européia, vive em conflito com as filosofias das diferentes etnias africanas.

Tal facto incide directamente no processo de identificação do jovem angolano moderno e infantiliza os mais velhos dos nossos tumbu (plural de lumbu (quintal) espaço familiar ou família) detentores de uma sabedoria secular. Sem mais espaço na nova dimensão política e social, perderam a autoridade legítima de um legado ancestral.

Esta é uma riqueza cultural que evidência um espaço próprio do ser africano num mundo globalizado que pretende preservar a diversidade cultural. Diversidade não é a negação, mas sim a aceitação, a inclusão de todas as formas culturais dos povos.

Portanto, defendemos neste trabalho um pensamento africano enraizado numa identidade participativa democrática ao particularizar a sociedade nsolongo. Como evidencia Kwasi Wiredu (2000) ao citar a máxima da sociedade Ashanti (grupo étnico-linguístico pertencente ao Gana) que diz que não há problemas nas relações humanas que não possam ser resolvidos pelo diálogo.

Organização sócio-administrativa da Aldeia

A aldeia ou divata era muito bem delimitada pela organização política em lumbu onde uma família constituía uma ekanda. A mesma unindo a família da mãe – wuciyakentu, e a do



Kiteca

pai – wuciyeyakala englobava-se naquilo que se chama de dikanda. Obviamente, uma aldeia era e é um agrupamento de uma comunidade com várias linhagens ou makanda (reunião de várias dikanda).

A responsabilidade política da ekanda estava a cargo do chefe da família ou Nfumuekanda. Este era o Diduki, o mais velho ou a mais velha da família, não havia neste caso uma distinção entre homens e mulheres. Porém, a senhora tinha de escolher um porta-voz masculino a quem delegava a responsabilidade da resolução de um assunto passando ela a ser sua conselheira ou acessora.

A aldeia era composta por vários tumbu e tinha como chefe o nfumuevata que por sua vez respondia às ordens do soba. Este tinha o controlo de um conjunto de três ou quatro aldeias. Depois deste, aparece a figura do regedor (figura que aparece com a colonização) que era responsável por um número determinado de sobados, infelizmente não se conseguiu nesta pesquisa apurar a insis-

tência na ligação do regedor aos outros elementos da organização administrativa africana.

O diálogo na resolução de conflitos

Todos os assuntos familiares eram resolvidos por todos os membros desta micro-sociedade que compõem o lumbu. Organizavam-se reuniões que agrupavam as mulheres de um lado e os homens do outro. Num encontro comandado pelo nfumuekanda imperava a comunicação aberta e exaustiva.

O diduki ou nfumuekanda, como o mais sábio, aquele que ao longo da vida acumulou mais experiência que os demais membros da família, tinha de ser um grande conhecedor da genealogia de todo o clã para que mantivesse o elo entre os diferentes membros da família.

Um elo indistritível que mantinha toda a família e toda a comunidade ligadas por uma filosofia de coesão, pois sem a família o indivíduo despesse da sua identidade. Desta forma, o

consenso parece mais importante para que esta unidade não se destrua. No caso de o problema persistir era necessário envolver o Soba que através do Eboka anunciava às aldeias a resolução de um novo problema, o local do encontro e a data.

Um problema, portanto, não poderia ser jamais esquecido para não causar rivalidades e destruição. Neste contexto, diante de uma falha, o chefe de família organizava um encontro para que os factos fossem apurados, discutidos e esquecidos: Tu fetewandisaemambu (É preciso resolver os problemas). A palavra vwindisa (fazer sentar) pressupõe o diálogo, pois faz-se sentar para receber e conversar com alguém. Era o momento da reconciliação em que todos em festa agradeciam os sábios conselhos do mais velho.

Portanto, tal como evidencia A. HampatéBâ (1980), para o africano existe uma ligação muito forte entre a palavra e o homem. Não são as leis escritas ou a o sistema escolar que fazem com que o indivíduo mantenha o respeito e a solidariedade entre os membros da sua família, é a eloquência. O ancião tem de dominar o verbo.

O uso certo das palavras de forma que cativem o público, que o convença a escolher o bem estar da comunidade e da família é a missão do líder na sociedade tradicional mukonko: O nkuluntuofetekonkaedikandakedyamwangana (O mais velho tem de reunir o clã) A palavra é, portanto, um tesouro que deve ser preservado, pois estabelece um compromisso indestrutível entre as pessoas.

Portanto, o diálogo é o ponto fundamental da manutenção da ordem social, moral, jurídica entre os akongo ou bakongo. Tais princípios fundamentam-se na solidariedade e no entendimento, na tolerância como salienta o dito mukongo: To fetezayana ou to fetewakana (Temos de nos conhecer ou temos de nos entender).

Diversidade Cultural Valorização do poder local

A concepção das autarquias deve ter como prisma o respeito pelas autoridades locais, pautando, desta forma, pela valorização do diálogo nas e com as comunidades tradicionais. Isto, no intuito de desenvolver e fortalecer as diferentes formas culturais dos povos.

Esses conhecimentos ancestrais baseados no diálogo vêm mostrar que a África, em particular o povo nsolongu, já tinha a preocupação de manter uma estrutura política familiar e social com os parâmetros da democracia participativa. Um conhecimento secular que precisa ainda de ser preservado e passado para outras gerações.

Cada povo tem um modusvivendi que incide sobre os seus valores e princípios de forma que haja equilíbrio entre os diferentes membros da sociedade, e entre os mesmos e o mundo. Esse



processo de identificação permite que as autoridades tradicionais, quando valorizadas pelo poder central, possam continuar a ter autoridade sobre a sua comunidade e para que a influenciem positivamente para a identificação e resolução dos problemas locais.

Aliás, a diversidade cultural coloca o mundo num ambiente multicultural. Neste âmbito, o outro tem de ser visto como parte integrante de um todo, neste caso, as diferentes culturas complementam-se.

Não obstante a senda das convenções organizacionais modernistas nos países africanos, é preciso olhar para o conhecimento ancestral como parte importante para o desenvolvimento dos conceitos de sociedade e das políticas sociais.

O que acontece muitas vezes é a implementação de conceitos novos num processo radical de aculturação sem uma aprendizagem prévia dos mesmos. Como ocorreu com a colonização e com a implementação dos preceitos da democracia representativa, que simplesmente anulou a sabedoria do mais velho.

E matukalamankudidike ma lendivyokantuko (As orelhas podem ser longas, mas não ultrapassam a cabeça).

As palavras bakongo evidenciam bem que os títulos universitários podem permitir a obtenção de conhecimentos científicos, mas não fazem do intelectual um ser superior aos membros da comunidade tradicional. Traduzindo: os conhecimentos devem ser implementados sempre adequados ao contexto.

A negação da sabedoria do mais velho

Por transportar formas particulares de pensar de um determinado po-

vo, o saber tradicional conta a verdade de um mundo particular que deve ser reconhecido como tal. Esse reconhecimento parte da premissa de que a ciência formou-se a partir da experiência e da observação da natureza.

Infelizmente, a ciência moderna considera este saber como sendo senso comum, o que faz com que sejam negados nas nossas escolas e universidades onde os estudantes conhecem como verdade única e universal a dos pensadores europeus e americanos cujos conhecimentos estão filtrados na balança da ciência que passa a valorizar a palavra escrita e a desvalorizar a palavra oralizada. O que acarreta consequências devastadoras no modo de pensar das culturas locais: a negação do que é tradicional oral.

Perde-se o equilíbrio da diferenciação cultural; e o mais velho, detentor de um saber inútil, é considerado analfabeto com um discurso sem bases científicas. É-lhe negado, assim, o seu lugar na instituição educadora que é a sociedade tradicional. Aliás, passa a ser negada a sociedade tradicional em si.

Será o modernismo culpado pela negação do saber tradicional?

No modernismo atingiu-se um ponto crucial de negação da tradição. O consumo das indústrias culturais veiculadas pelos mass-media, iniciado primeiramente pelo processo de colonização, transformou a cultura americana e europeia num padrão de vida de fundo judaico-cristão.

Esse processo atingiu o saber tradicional de forma negativa, abafando-o. A globalização não massificou o saber africano, intimidou-o. Porém, será o modernismo culpado? É apenas uma tendência seguida por

indivíduos, que hoje num mundo chamado pós-moderno, podem fazer as suas próprias escolhas. E quem não opta pelo respeito à sociedade tradicional?

O que há hoje é uma diabolização inconsciente do próprio conceito de modernismo nos moldes do século vinte e um. Pois, não é o movimento que falha, são os sujeitos que o desenvolvem e que o vivenciam. Dizemos sujeitos, pois constituem-se por um processo identificatório que lhes permite a crítica. Anthony Giddens realça que apesar de as relações sociais aumentarem na era da globalização, as pressões para a autonomia local e a identidade cultural regional também aumentam.

Isto quer dizer que os sujeitos de uma comunidade ou dos chamados nações-estados são livres para não se submeterem às perversidades (consequências negativas) da era da globalização. Infelizmente, o africano, em particular o angolano, aceita tendências da globalização, é educado para aceitá-las, mas não é preparado para criticá-las tendo como base as suas raízes.

Daí a inconsciência dessa diabolização, pois as suas referências simbólicas têm um alicerce de um saber estar que não faz parte do espaço cultural tradicional do indivíduo. Ocorre, pois, o desequilíbrio entre aquilo que é na essência e aquilo que é obrigado a ser.

A globalização deve ser vista, contudo, como uma oportunidade, pois, como citado acima, vivemos um movimento pós-moderno no qual as escolhas são um modo de vida. Estas têm de ser, numa comunidade, consensuais, graduais e não devem ser impostas. Aliás uma imposição passa a ser escolha do outro, tal como ocorreu com a colonização.



Uma colonização que deixou resquícios que são definidos por NgugiyaThiongo por aquilo que pode ser traduzido por imperialismo metafísico (metaphisicalempire). Portanto, o processo de colonização não se limitou ao imperialismo físico - limitação física do indivíduo no seu próprio território -, mas impôs uma estrutura de pensamento que sobrevive até hoje.

O modo de pensar ocidental, as formas de moralização, os princípios mais básicos de convivência são modelos europeus. A imposição linguística jogou um papel fundamental neste processo, segundo Thiongo os impérios da colonização colocaram as línguas no centro do imperialismo como forma de demonstração de poder.

A língua, obviamente, representa e evidencia a cultura, faz parte da expressão do processo de identificação. Assoladas pela hierarquização linguística do poder colonial, as línguas africanas passaram a um plano inferior denotando o "adormecer" cultural que defendemos ter estado na origem do fracasso da descolonização.

Fracasso, pois os conflitos dos processos de independência foram tratados por indivíduos sedentos de mudanças, mas pouco preparados pelas suas culturas locais, uma vez que envolvidos muito cedo nas lutas de libertação; assim, por um lado muitos não passaram pelos rituais de passagem para a vida adulta e nem receberam orientação dos mais velhos sobre a administração das comunidades locais e por outro, também não assimilaram os preceitos europeus

da democracia representativa, uma vez que em conflito com o seu próprio processo de identificação, o entendimento da cultura alheia fica limitada. Aliás se falarmos de política no mundo ocidental, é fundamental ter-se experiência política longa e consolidada para se representar o povo.

Essa má interpretação dos sistemas tradicionais africanos e os ocidentais têm hoje como pano de fundo a diabolização do modernismo baseada na ignorância dos nossos conceitos mais antigos. Há uma certa ingenuidade em se pensar que estudar o mundo com o cânone ocidental resolve todas as nossas controvérsias.

A África, do ponto de vista geral, deve ter tempo de conhecer e de reconhecer os seus próprios problemas analisando todos os momentos históricos que vivenciou numa interligação dos paradigmas.

Conclusão

O sistema político e a sociedade, em geral, têm de começar a olhar para o mundo tradicional com a sua sabedoria ancestral como parte do contexto socio-cultural das nações africanas. Neste âmbito, o próprio processo de democratização necessita aproveitar tais princípios como parte integrante do desenvolvimento socio-cultural, para não cairmos no extremo do cepticismo científico que pretende questionar todas as verdades do ponto de vista científico.

Assim sendo, o reconhecimento do processo dialógico das comunidades tradicionais permite que todos os

membros da macro-sociedade tenham expressão tendo como base a sua própria visão de mundo. A junção das várias formas de pensamento culminarão ou deverão permitir o equilí-

brio socio-político e cultural nacional.

Negar a existência da sabedoria tradicional parece renegar o lugar dos cidadãos de cada etnia do país a uma participação activa na construção ou no reforço de uma identidade nacional.

Bibliografia

BBC. *Hardtalk: NgugiWaThiongo's: EnglishisnotanAfricanlanguage*. 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vGoBjphmcd0>. Acesso em 27/05/2015.

BENTLEY, Stephanie B. *TheStuggle for Language*. BrighamYoungUniversity, 2014.

GIDDENS, A. *TheConsequencesofModernity*. UnitedKingdom: PolityPressinassociationwithBlackwell.PublishersLtd, 1990.

HAMPATÉ BÂ, H. *A Tradição Viva*. In: *História Geral da África, vol 1, Metodologia e pré-história da África organizado por JosephKizerbo*. São Paulo: Ática Editora, Unesco, 1980.

Washington StateUniversity. *The Role of a Scholarin a PostcolonialWorld*. 2005. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Jt-cgYze1RI>. Acesso em 27/05/2015.

WIREDU, Kwasi. *DemocracyandConsensusinAfricanTraditionalPolitics: A Plea for a Non-partyPolity*. Polylog: Forum for Intercultural Philosophy 2, 2000, acesso: 20 de Julho de 2013 em <http://them.polylog.org/2/fwken.htm>.



Estatueta de madeira africana

FLORES NÃO SÃO PARA OS MORTOS

**DE ROSA
SOARES**

ANTÔNIO SETAS

Apresentar um romance numa escritora de 21 anos é quase uma aventura, o risco de passar ao lado do essencial é muito grande, porque, com a idade que a Rosa Soares tem, o evoluir da escrita é contínuo e o que me resta fazer aqui é pôr em evidência as pérolas linguísticas e as flores que o seu livro tem. Tenho medo de falhar e, a esse respeito, vou contar, muito rapidamente, uma estória romana reveladora do meu estado de espírito.

Na velha Roma de César, o destino reservado aos cristãos era mau, se fossem presos limitava-se a eles serem devorados por leões no Circo. Metiam-nos lá e abriam as jaulas de leões esfo-meados que os almoçavam ou jantavam, dependia da hora. A certa altura, César reparou que havia um cristão que os leões recusavam comer, sempre o mesmo, e chamou-o para lhe perguntar o porquê de tal fenómeno, «Se me disseres a verdade, prometeu César, tens a vida salva». E o cristão respondeu, «César, quando os leões se aproximam de mim digo-lhes só uma frase, Se vocês me comerem, vão ter de fazer um discurso e apresentar em público o romance numa moça miúda, chamada Rosa rosae, rosam ».

É difícil, eu sei, ma vamembora!

No prefácio deste livro de Rosa Soares, subscrito pela Dr^a Fernanda Carrilho, o mote é dado: «(...) é altamente gratificante acompanhar o seu percurso literário; a sua evolução...»... e mais adiante podemos ler, «Como uma lagarta que inicia a sua metamorfose em borboleta, assim vai ela, abandonando uma escrita adolescente e entrando na complexidade do mundo

adulto», para enfim, Fernanda Carrilho rematar, «A Rosa não escreve para aparecer, aparece porque escreve e escreve bem e merece aparecer cada vez mais».

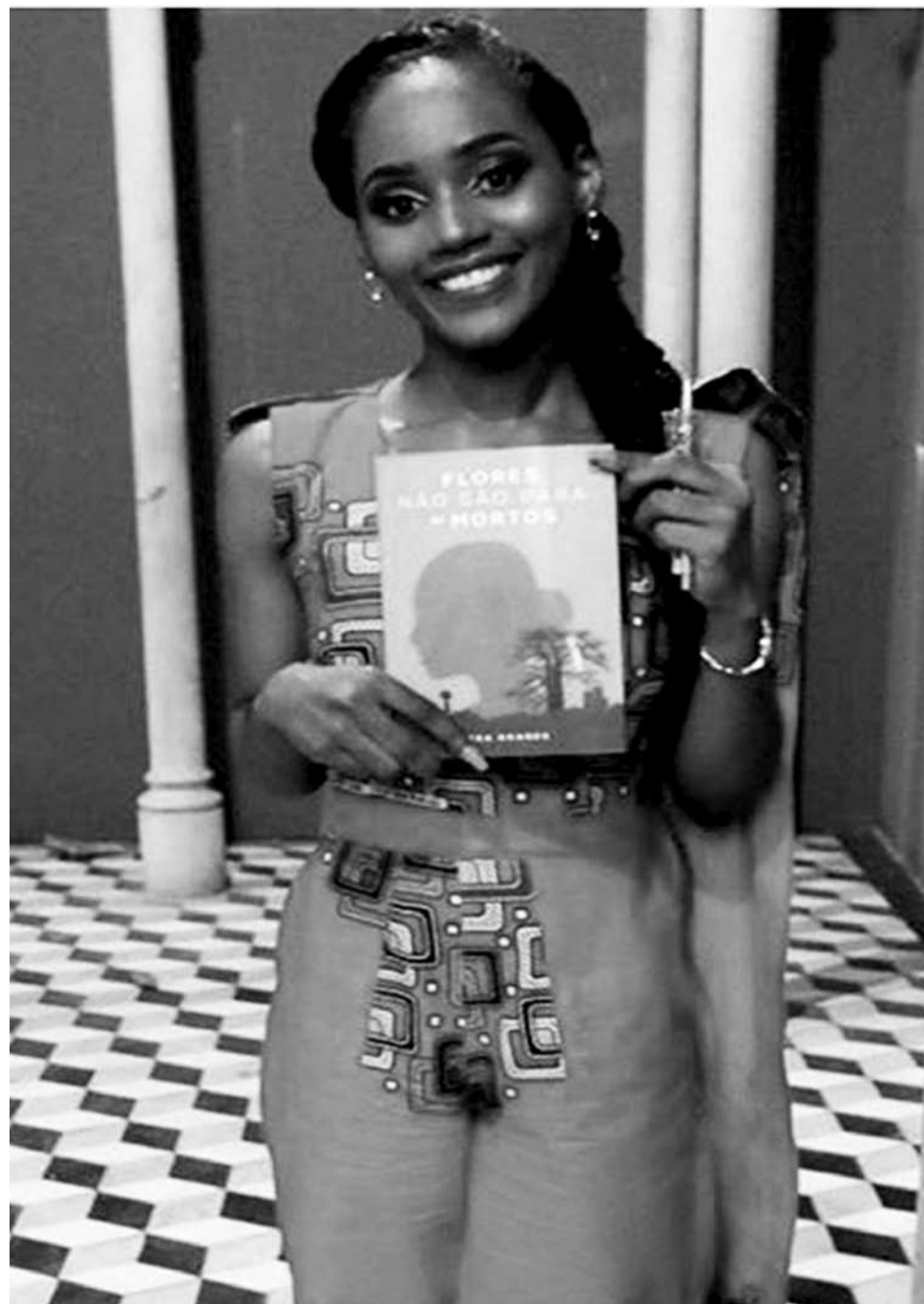
Pois é, merece, e digo mesmo mais, seria um crime, entre aspas, ela deixar de escrever.

A estória que a Rosa escreveu é o relato de uma adolescente de 16 anos, chamada Kristalyne, sobre uma depressão nervosa que a sua mãe sofreu, causada em grande parte pelo seu passado amoroso, não o que ela tinha vivido durante cerca de 16 anos ao lado do seu marido, que a amava, mas sim ligado a uma história de amor vivida antes do seu casamento. Uma depressão tão violenta que a levou a uma primeira tentativa de suicídio, falhada e, pouco tempo depois, a uma segunda tentativa que foi fatal.

Um drama para aquela família, que vivia em perfeita harmonia: uma mãe primorosa que tinha pedido à sua filha para a tratar pelo nome de “Bússola”, pois era isso mesmo que ela era para Kristalyne, um marido carinhoso e uma filha muito bem-educada. A concordância exemplar, instalada numa profunda união de sentimentos.

Exemplar, mas só quase exemplar, porque por trás desta linda fachada havia um terrível segredo, que tinha sido escondido a Kristalyne, aquele a quem ela chamava “papá” não era o seu pai biológico, realidade amarga que Kristalyne por acaso descobriu depois da morte da sua mãe, ao vasculhar nos papéis e álbuns de fotos que o seu pretenso pai escondia no seu bureau.

É claro que não vou contar aqui o final deste romance da Rosa Soares, que, à parte uma pesquisa



feita por ela sobre essa triste descoberta, engloba a descrição de um episódio de índole religiosa, espírita, sobre a dupla essência daquilo que é a morte. Sobre o romance não digo mais nada. Leiam-no,

Vou continuar em beleza, falar das pérolas e das flores deste romance da Rosa, pondo de lado sem desprezar, mas sem dó nem piedade, os raros defeitos da alta qualidade que a sua juvenil escrita ainda tem.

Colhi algumas frases bonitas, tais como;

Chorei com os olhos, não com a boca. Chorei com o coração, não com o corpo.

Dispensei palavras, não usei voz... Gritei em silêncio e ouvi o eco das minhas dores.

O relógio de parede gritava para ir embora, não queria estar ali a desperdiçar os ponteiros que lhe indicavam que era hora de guerra entre as verdades e mentiras de um passado repleto de mal-entendidos... ele pedia socorro e suplicava clemência no seu candelado tiquetaque.

Enfim, flores são para os vivos, que estão aqui para admirar.

a sua beleza. Dar flores aos mortos é dar mais morte ainda, porque elas vão morrer também.

E, para terminar, vou dar uma prenda de Natal a todos vocês, uma descoberta linguística que a Rosa imaginou para depois dar a revelar

pela boca de um dos seus personagens num saboroso diálogo entre Kristalyne e Joana, filha como irmã da tia Fêfa, que o abre assim:

Kris, sabias que flor também é um verbo?

— He!... Eu acho que não é!

— Eu tenho a certeza que é.

— Não é nada! Flor é um substantivo comum.

— Mas eu acredito que é um verbo. Sabes

porquê?

— Não! Explica.

— Porque se diz que as coisas florescem.

— Ahnnn. Então o verbo é florescer.

— Não é nada. É mesmo flor. O verbo é flor. — insistiu

Joana, ser é verbo auxiliar Sentou-se com os pés cruzados [H1] e apoiou o papel sobre

as suas coxas. Começou a escrever:

Verbo: Floresser, com dois esses.

Conjugação no presente do indicativo:

Eu: floressou

Tu: floressés

Ele: floressé

Nós: floressomos

Vós: floressois

Eles: floressão

Todos nós somos flores! Pena é que todos nós termos picos que magoam.

Mas assim seja! Todos nós gostaríamos de ser como a Rosa.



Capa do livro

(H1) Não será “com as pernas cruzadas?”

UCCLA ACOLHEU LANÇAMENTO DO LIVRO “LUANDA - AVENIDA DOS COMBATENTES”

Decorreu, no dia 13 de Dezembro, o lançamento do livro “Luanda - Avenida dos Combatentes” da autoria de Sandra Poulson, no auditório da UCCLA, num evento organizado pelo CEMD - Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora.

Delmar Maia Gonçalves, que fez o prefácio do livro, salientou “ter uma autora angolana editada pelo Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora” e no papel da lusofonia como aquilo que “vamos construindo com pequenos eventos, que se concretizam na prática, e não ficam pela teoria, e quando se fala em lusofonia” deve-se pensar, também, em países africanos que falam português, daí a publicação de qualquer “autor não moçambicano” pelo CEMD”.

“Espero que este seja o primeiro de muitos outros livros” afirmou Sandra Poulson. Para a autora, a Avenida dos Combatentes - atualmente Avenida Comandante Valódia - no livro é apenas focada a “esquina direita sebastiana” onde tem desde animação 24 horas por dia, ao som das viaturas e dos moradores, aos pregões dos vendedores, à venda de filmes e fruta, aos cheiros, relembrando uma árvore onde “viviam” crianças e dos tiros que existiam, na falta de toponímia, para reforçar que o livro é reflexo “do que vi e não consigo escrever do que não vejo, e do que não sinto, e do que não cheiro”.

A capa foi elaborada pela filha de Sandra Poulson que afirmou ter tido a “surpresa, muito boa, que foi perceber que a Sandra Poulson mãe andava a escrever pelo quintal sobre as mesmas coisas que eu andava a desenhar e andava a criar, por Londres, e esta capa acaba por ser um desafio porque os nossos trabalhos e o nosso conteúdo, a nossa mensagem e a forma de nos colocarmos enquanto criadoras, encontra-se no espaço de uma forma muito íntima” porque as histórias abordadas no livro são “histórias que eu vivi e, ao ler este livro, apercebo-me que algumas coisas que não entendia eram sim muito claras e que eu perguntava, e me eram explica-

das” de uma forma mais “doce”.

Na capa, a personagem central é uma “mulher com três setes de seios” que traduzem uma “homenagem minha à minha mãe, a esta mulher com seios com memória” e que são os “três filhos que foram educados na esquina direita sebastiana” e os três seios traduzem o passar do tempo e da memória. Esta capa é “não só uma ilustração, que se passa nesta obra, mas é muito a ilustração da minha perspetiva sobre este sítio, este tempo”.

Biografia da autora

Sandra Poulson é natural de Luanda, Angola, onde nasceu a 3 de julho de 1962. Ainda muito jovem foi locutora da Rádio Nacional de Angola. No princípio da década de oitenta, estudou no Instituto Superior de Ciências Educativas em Lisboa, no primeiro curso do Magistério Primário.

Trabalhou em várias empresas em Portugal e em Angola, onde se licenciou em Direito, na Universidade Católica de Angola. Atualmente é Advogada de profissão, com escritório em Luanda. É coordenada da DAR, Distribuição de Amor e Riqueza (espiritual), grupo criado por si, em que organiza ações de solidariedade social, nomeadamente apetrechamento de pequenas bibliotecas em escolas, seminários, hospitais de associações, em municípios longínquos do território angolano.

Participa em várias antologias e revistas com textos, sobre costumes e tradição oral angolana resultado da sua pesquisa de campo. É colaborador do jornal angolano de Artes e Letras, Cultura.

Prefácio do livro

De Angola chega-nos este inspirado livro de Crónicas da multifacetada, empreendedora e experimentada autora angolana Sandra Poulson. Uma assídua frequentadora e participante dos meandros literários lusófonos em Angola e Portugal. Mais do que crónicas, estes

textos são pequenas, mas significativas, “explosões” condensadas de forma a se enquadrarem nos espaços dos jornais, revistas ou boletins a que normalmente se destinavam.

Será, com efeito, a primeira angolana a editar uma obra individual com o Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora (CEMD) e sem dúvida também uma honra e um privilégio, por irmos alargando e internacionalizando as nossas actividades no espaço da CPLP.

A característica fundamental das culturas africanas em que a angolana se insere é a sua oralidade e a crucial importância do seu registo uma necessidade sempre actual. A crónica nasce dessa tradição de ensinamento e aprendizagem através da transmissão e registo de saberes e valores de um bom observador inquieto e escritor.

A “oralidade” é, neste caso, tanto o efeito como a causa de um modo de estar social, porque claramente denuncia as relações sociais específicas, privilegiando também certos factores de estratificação ou de diferenciação social, é a iniciação e difusão de conhecimentos do observador mais atento que vai fidelizando leitores e que constitui uma “espécie” de observatório itinerante em que os protagonistas são a cronista - escritor, os observados (alvos de observação e acção, e ainda todos os fenómenos observados que afectam o seu quotidiano). Terá, portanto, uma função profundamente socializante e socializadora.

Há na escrita destas crónicas uma clara intencionalidade pró - activa para a sociedade angolana.

Na literatura universal, uma crónica é uma narração curta e incisiva, produzida essencialmente para ser veiculada na imprensa escrita, seja das páginas criativas e informativas de um jornal, de uma revista, de um boletim ou mesmo apresentadas numa rádio.

Claro que para bom uso desta ferramenta é necessária a bênção da «ars dicendi», isto é «a arte de dizer» onde se evidencia o cruzamento da grande criatividade popular da literatura oral e a função ou cultura estética canónica adquirida na litera-

tura escrita e na sua prática quotidiana.

Nalguns casos acontece um esforço sincero de “metaforização”, de “ironização”, de “pleonasmização” e “humorização” das situações da realidade observadas e descritas.

A cronista cria um laço integrador entre o homem e o seu meio, como a memória colectiva fixada de um povo e seus dramas e alegrias que serão sempre, obviamente em última instância, o seu verdadeiro arquivo “natural”, o seu espaço de fixação, de envolvimento, de alerta, de reflexão e também de produção de soluções.

Por vezes identificamos silêncios nestas crónicas que respiram Angola e a angolanidade, mas de um silêncio que grita, que alerta, que apela, que ensina, que instrui, que planta, que corta, que abraça, que abarca, que congrega, que desafia, que interpela, que revolve, que fermenta, que entranha, que canta, e colherá os seus frutos, proporcionando a impossibilidade da indiferença.

Mas fica claro como a água, tal como dizia o poeta visionário Kahlil Gibran: “Na verdade falamos apenas para nós mesmos; contudo falamos por vezes suficientemente alto para que os outros nos consigam ouvir.”

Possui, assim, uma finalidade profundamente utilitária e quase sempre pré-determinada a agradar os leitores dentro de um espaço sempre igual e com a mesma localização, criando-se assim, no decurso dos dias, das semanas ou dos meses, uma grande familiaridade e cumplicidade íntima entre o escritor/cronista e todos aqueles que o leem. A cronista com alma de poeta demonstra aqui toda a sua capacidade para nos elucidar sobre a sua visão do mundo e a sua concepção da vida, que são largamente congregadoras, e um enorme contributo para a reflexão da sociedade e a sua harmonização.

Bem haja Sandra Poulson e bayete por nos proporcionar beleza e espanto nesta revigorante, pedagógica e instrutiva obra de crónicas!

Delmar Maia Gonçalves (Escritor e presidente do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora - CEMD)



O CALVÁRIO DE JOCELINE

Três mulheres... Três histórias... Um único destino

*O DRAMA COMEÇOU QUANDO O EDIFÍCIO RUIU...
ELAS DEIXARAM DE SER PESSOAS E TORNARAM-SE
NÚMEROS ESTATÍSTICOS...*

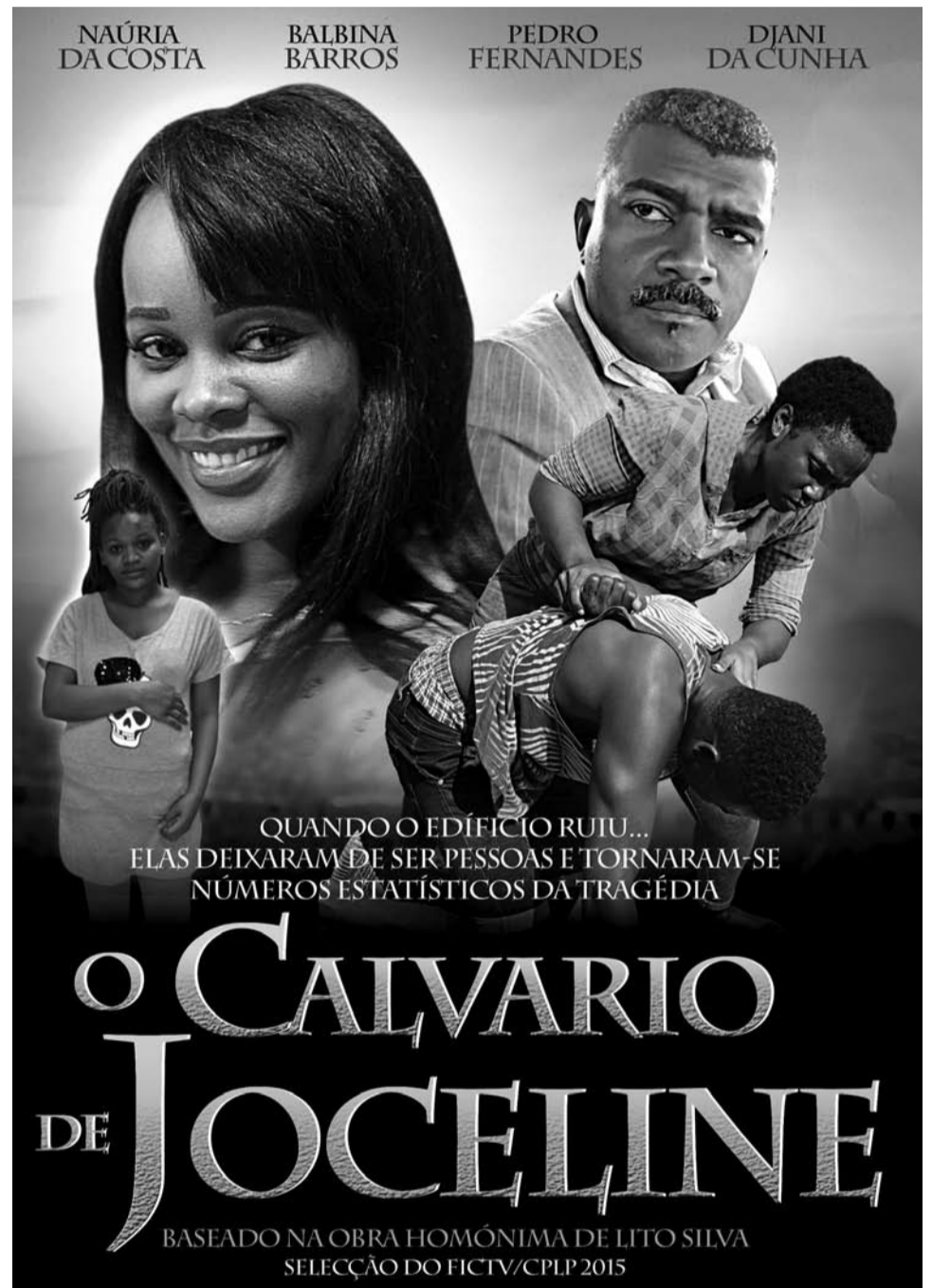
A 29 de Março de 2008, o edifício sede da Direcção de Investigação Criminal em Luanda ruiu completamente. E o mais impressionante foi que o referido edifício havia sido recentemente alvo de reabilitação. As equipas de salvamento esforçaram-se por socorrer os sinistrados, toda a nação angolana consternada, mobilizou-se para acudir os sobreviventes e chorar os mortos.

No momento do sinistro os registos rezam que se encontravam no edifício 181 cidadãos, sendo 36 funcionários e 145 detidos, dos quais 135 do sexo masculino e 10 feminino. No final de dois dias, quando a coordenação da Comissão Nacional de Protecção Civil, deu por concluído os trabalhos de resgate, o balanço final cifrava-se em 15 mortos e 11 feridos graves. No total foram resgatados com vida 152 pessoas. Rezam as estatísticas oficiais que 10 senhoras e uma bebé foram resgatadas sem vida.

O Calvário de Joceline trata-se de uma narrativa de ficção, baseada nos factos reais atrás mencionados, em que se visualiza a trajectória de três mulheres que trilhando percursos completamente diferentes acabam partilhando o mesmo destino, convidando-nos a uma reflexão sobre alguns aspectos específicos da realidade angolana e um pouco de toda a sociedade.

História de Lito Silva

A História é baseada no romance de Lito Silva com o mesmo título, realizada por Nguabi Silva. Nauria Costa, interpreta o papel de Joceline, Balbina Barros e Djani Cunha interpretam Samy e Selma respectivamente, sendo o papel de General Barbosa interpretado por Pedro Fernandes. Todos eles, actores de teatro em Angola. A produção foi da Imagem Vip Comunicação uma Agência de comunicação e produção angolana estabelecida há mais de vinte anos.



Entrevista com o realizador Lito Silva

“NÃO HOUE REJEIÇÃO DE ‘CALVÁRIO DE JOCELINE’ MAS O FILME NÃO PASSA”

Como pode a produção nacional de cinema dar passos gigantes, se as obras dos nossos criadores não são autorizadas a passar nos ecrãs das salas de cinema do país? Lito Silva explica que “Alguém decidiu politizar da pior forma possível uma coisa que nem sequer tem pendor político, é tão somente uma problemática social que qualquer angolano pretende ver discutida e melhorada. Todos os outros países da CPLP o emitiram, excepto Angola, sem qualquer explicação.”



Lito Silva

1. O cinema anda muito próximo da BD. Tão próximo que é da BD Marvel americana desenhada nos anos em que não havia TV, que saíram e têm saído colossos da sétima arte, como “Os 300”, “O Homem Aranha”, “Superman”, etc. Com “O Calvário de Joceline”, a Imagem VIP está a juntar-se aos jovens criadores nigerianos que fizeram do seu país um gigante africano do cinema. Que impedimentos foram invocados para o filme não passar em Angola?

R: O que se passa é que efectivamente como autor de Banda Desenhada, um dos meus sonhos é a produção de filmes valorizando o contexto rico conferido pela nossa realidade e herança histórica. Se isso está em consonância com o que já está sendo feito por autores nigerianos, ótimo. O certo é que com os inputs tanto técnicos como tecnológicos obtidos com a experiência da realização do filme “O Calvário de Joceline” eu e a minha equipa sentimo-nos aptos para outros desafios.

Quanto aos impedimentos invocados para o filme não passar em Angola, não nos foi dito nada. Simplesmente na data acordada para o filme ser emitido nas televisões da CPLP, todos os outros países o emitiram excepto Angola, sem qualquer explicação. Embora off record depois tivéssemos ficado a saber

que a estrutura de gestão de programas da TPA, tivesse considerado o aspecto crítico aportado por alguns momentos do filme como “inapropriado” para o momento - período pré eleitoral - mas isso foi inferência off record. Oficialmente nada foi dito, excepto o facto de o filme não ser emitido até hoje...

2. Como será possível contornar este impasse?

R: Para contornar o impasse, estamos a envidar contactos com outras estações televisivas, estamos a estabelecer contactos com a nova administração da TPA - que já deu garantias de que o filme seria emitido, e estamos a projectar fazer exhibições selectivas de amostra, para dar a conhecer a obra.

3. Acha que o Ministério da Cultura pode ter um papel crucial neste tipo de questões, visto que já é o segundo filme (a juntar ao do realizador Jorge António, A Ilha dos Cães) com temática nacional, que os angolanos são impedidos de ver na sua própria terra?

R: Essa pergunta, que deveria ser simples, assume contornos complexos na medida em que todos os vetos que o filme teve, foram-no numa base subjectiva, embora no capítulo objectivo tenhamos tido o devido apoio institucional. Parece estranho, não?! Eu explico: o programa FICTV, foi desenvolvido sob condição de que O Ministério da Cultura (Através do IACAM) e a TPA fossem os coordenadores do processo no território angolano - por isso ambas as instituições granjeiam do estatuto de co-produtores - durante a produção do filme, obtivemos toda a colaboração possível dessas instituições, obtendo autorizações e apoios no capítulo técnico e estrutural. Portanto, o resultado final do filme, não foi uma surpresa, foi fruto de um processo de aproximação, consulta, visionamentos, etc. Contudo, no final do processo, embora institucionalmente houvesse um SIM,

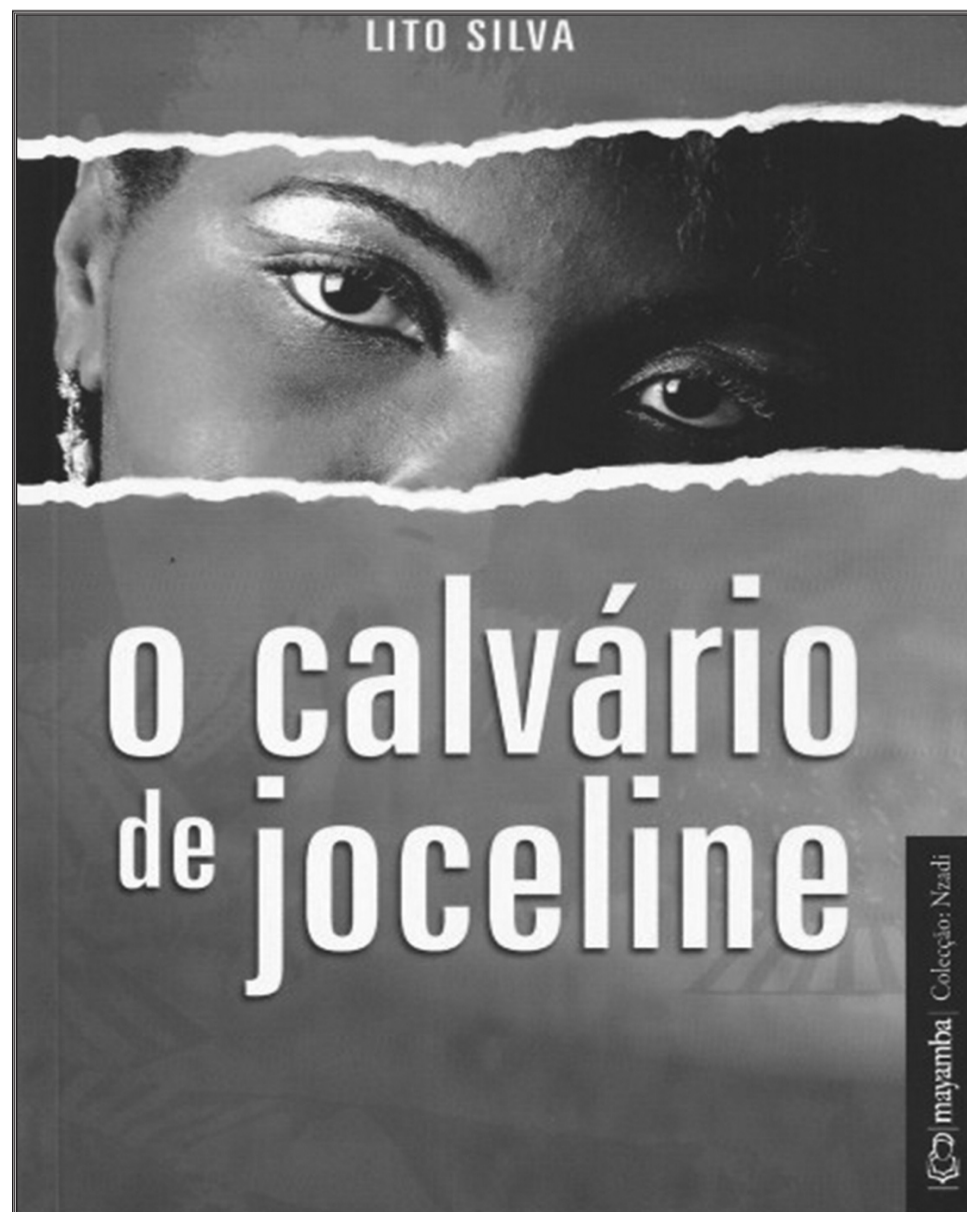
subjectivamente houve um NÃO e a forma de materializar isso foi simplesmente NÃO FAZER, MAS DIZENDO QUE SE FAZ. Assim formalmente não nos podemos sequer queixar, porque não houve rejeição. Mas o filme não passa.

Voltando à sua pergunta, no momento em que fizemos o filme, nós apenas queríamos fazer um filme que abordasse aspectos da nossa vida real. Mas alguém decidiu politizar da pior forma possível uma coisa que nem sequer tem pendor político, é tão somente uma problemática social que qualquer angolano pretende ver dis-

cutida e melhorada. Assim a resposta à questão julgo que deve ser dada por cada angolano...

E junta uma foto ou duas tuas...

R: As fotos enviadas, na sua generalidade espelha a situação em Óbidos, onde eu e o Realizador (Ngouabi Silva), participamos num workshop, realizado para aprimorar as nossas aptidões técnicas no capítulo da realização de argumentos, realização e estruturação de gestão de produção cinematográfica. Em algumas das fotos estamos acompanhados pelos preletores.



Capa da obra literária que deu origem ao filme

FALAR DE RACISMO COM “COISA DE PRETO”

18 obras do artista plástico Armando Scoott, um dos jovens mais premiados nos últimos anos, retratam aspectos de racismo nas sociedades actuais, numa feliz tentativa de valorizar e recuperar as referências da cultura negra. Uma cultura de resistência e de superação, sobretudo.



Obras de pintura do artista Armando Scoott



GASPAR MICOLO

O preto está distante de ser pejorativo no olhar dos artistas. E a exposição "Coisa de Preto", a mais recente mostra do artista plástico angolano Armando Scoott, justifica essa visão sobre a pele negra.

Num total de 18 obras produzidas a base de óleo e acrílico sobre tela, que ficam em exposição na Galeria HALL de Lima Pimentel, em Luanda, até 5 de Janeiro de 2018, o artista retrata aspectos de racismo que se vive e apoquentam actualmente as sociedades, cuja tendência é acharem que existem raças superiores às outras.

Armando Scoott, residente há já alguns anos em Portugal, onde já realizou várias exposições, parte da própria experiência para falar de racismo, transmitindo nas telas situações quotidianas e, revelando, uma feliz tentativa de valorizar e recuperar as referências da cultura negra. Uma cultura de resistência e de superação, sobretudo.

As diferentes pinturas convergem na visão comprometida do artista em olhar para o mundo do outro, ou do negro, como uma oportunidade para aprender; não como uma obrigação ou necessidade, mas como alguma coisa que se realiza naturalmente, pela necessidade de convivência. "O objectivo da exposição é uma chamada de atenção para todos reflectirem em torno dos inúmeros actos racistas, que afligem as sociedades de modo geral", refere Armando Scoott, que participou, em 2016, numa exposição realizada no Museu do Louvre, em Paris, França.

Armando Scoott é um jovem artista já referenciado por ter pintado o renomado futebolista Cristiano Ronaldo, cuja obra está no museu deste.

Formado em Belas-Artes em Portugal, Scoott tem nos pais, Armando Matias Pombal e Maria Luísa Pombal, grandes fontes de inspiração para o seu trabalho artístico.

A primeira exposição colectiva de Armando Scoott, em Portugal, foi em 2011, na altura ainda a viver em Angola. Em 2012 decidiu fixar residência em Portugal e formar-se em Belas-Artes. Embora tenha esperado algum tempo para ver o seu trabalho aceite na diáspora, o artista soube ser paciente e hoje tem uma galeria que o representa, no caso a Associação Amigo Artes Galego Portuguesa (AAAGP), e é com essa galeria que tem trilhado os seus passos.

É no movimentos artísticos surrealismo onde mais gosta de se situar. Mas, com o passar dos anos, o seu trabalho de pesquisa tem lhe permitido revelar aptidão para o hiper-realismo. "Sou um artista versátil e cidadão do mundo. Pinto o que vivo e vivo por que pinto. Gosto de fazer referência, nas minhas obras, às minhas origens, de onde vim, e retratar também os temas da actualidade", explica, justificando o racismo presente na exposição "Coisa de Preto".

Premiado mais de 12 vezes entre Angola e Portugal, o artista já foi considerado recentemente pelo Secretário-geral da Brigada Jovem de Artistas Plásticos (BJAP) como o jovem artista plástico mais premiado nos últimos anos. E em finais de 2016 foi nomeado representante da BJAP em Portugal.

Mas, Armando Scoott tem outras ambições: ganhar, em 2018, o 'Prémio Leão de Ouro' da Bienal de Veneza, em Itália. E enquanto o leão de ouro da Bienal de Veneza não chegar, o artista vai ter exposições como "Coisa de Preto", que já não são pejorativas.



Armando Scoott



“PEDRA ESCRITA” DO LIBOLO

SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO

KINDALA MANUEL

A “Pedra Escrita”, no bairro Dala-Uso, é considerada pelos populares do município do Libolo, um lugar histórico, marcado pelas guerras de resistências impostas pelos nativos da região, no período da tentativa de ocupação da região pelas tropas portuguesas, ocorridas durante 15 anos de confrontos sangrentos, entre 1917-1932, na qual valorosos guerrilheiros tombaram em defesa do solo pátrio.

Situada na comuna de Calulo, província do Cuanza Sul, na antiga estrada que liga o município do Libolo, a zona da “Pedra Escrita” é um lugar cercado de árvores e rochas enormes, que os nativos usavam como esconderijo e ponto de intercessão aos soldados portugueses, vindos de Massangano e Cuanza Norte, via Munenga, com finalidade de reforçar o contingente armado na Fortaleza de Calulo, durante o período de ocupação colonial.

Paulo Varanda, soba geral do município do Libolo, considera que a história da heróica resistência dos destemidos guerrilheiros nativos da região, deveria ser ensinado nas escolas, como forma de honrar aqueles que com determinação lutaram em defesa da liberdade do povo angolano.

Aos 82 anos de idade, Soba Varanda, como é conhecido, participou em várias destas guerras de resistência contra o colonialismo e pela independência do país. Como o Soba máximo da região, com poderes para controlar os outros sobas e sobados comunais, Varanda explica que quando os portugueses chegaram a Calulo, auxiliados pelos missionários católicos, nos anos de 1890-1900, apareceram com uma política amistosa de ajudar a população, entrando em contacto com os nativos que moravam no monte, onde actualmente existe o monumento histórico, a fortaleza de Calulo.

Nos primeiros anos, os portugueses pediam aos nativos, suplemento alimentar, como ovos, animais e legumes. Mais tarde o pedido de suplementos passou a ser uma obrigação para cada soba do bairro. Varanda conta que foi esta a principal causa da primeira guerra de resistência, entre 1912 a 1914, em que os nativos exigiam a retirada dos portugueses das suas terras, uma acção, que por desorganização de alguns sobas, foi facilmente reprimida pelos portugueses.

Diante da resistência dos nativos, de 1914 a 1916, estrategicamente, os portugueses resolveram criar o que se chamou de “pequena paz”. Durante

este período, os colonos reforçavam-se com material de guerra e homens. Em 1917, o regime colonial estabelece o estado de repressão e pagamento obrigatório de impostos e trabalho forçado.

“Com isso, os sobas dos bairros Mussende, e das comunas dos Dambos, Quissongo, Mukongo e Cabuta, coligaram-se em prol da defesa da terra, tendo como ponto de referência a pedra escrita, local de intercessão do abastecimento militar aos portugueses estacionados a então Fortaleza Militar Portuguesa em Calulo”, disse. A partir daí, deu-se o início da segunda guerra de resistência de Calulo, que aconteceu de 1917 a 1932. Nela os nativos usavam como material de guerra, pedras, canhangulos, zagaias e um tipo de arma de fabrico artesanal, a “quiptutula”, formada apenas por um cano, que, às vezes, na falta de munições e pólvora eram fabricados artesanalmente, usando pedaços de ferro, vidro, casca e raízes de árvore, fósforo, enxofre e salitre.

Traição e derrota

Contreiras Canhanga Muhongo, representante municipal da cultura do Libolo, contou que entre as várias histórias locais narradas pelos mais velhos algumas destacam, além do material de guerra utilizado, a bravura, baseada na tradição, dos guerrilheiros.

“Antes de irem para o combate, os nativos usavam rituais tradicionais de forma a preparar o corpo. Era uma espécie de protecção contra as armas de fogo. O ritual incluía um decreto obrigatório de abstinência total de actos conjugais e consumo de certos alimentos. Antes de emboscarem os invasores, havia um adivinho que fazia antevisão do dia dos ataques”, descreve.

No dia da emboscada, informou, esposa do soba de Quissongo (região famosa pelas práticas de feitiçaria na época), perfilava em frente dos guerrilheiros. Mubanda, como era chamada, tinha o apelido de “Rainha da Guerra”. Entre as suas várias “missões” uma delas era transportar um balaio à cabeça, capaz de absorver e neutralizar as balas dos invasores.

A principal baixa entre os portugueses, disse, registou-se num dos confrontos, entre 1920-1922, quando foi morto o capitão português, comandante da missão, e capturou-se um pelotão de soldados, entre os quais também estava a esposa do referido capitão, que ficou sob custódia do soba Ngana Casa, da comuna dos Dambos.



KINDALA MABUEL



KINDALA MABUEL



KINDALA MABUEL



Administrador do Município
do Libolo, Luís Mariano Lopes Carneiro

“Diante da assombrosa derrota, a tropa portuguesa implementou uma forte investigação para saber a causa das sucessivas derrotas diante dos nativos, que até eram fragilizados no ponto de vista do material de guerra. Para tal, infiltraram entre os guerrilheiros, um grupo de espiões formado por nativos natos do Huambo e Bié, denominados de “Candimbas”, que receberiam em troca das informações parcelas de terra na região do Mukongo.

Os Candimbas, subtilmente, ofereceram-se como voluntários para combater a resistência contra os colonos. Integraram-se nas fileiras dos nativos de Calulo e descobriram os seus segredos e táticas. Depois começaram a provocar conflitos internos entre estes e até desentendimentos entre os sobas.

As suas acções, continuou, foi um dos motivos para os portugueses terem desferido mortíferos ataques de 1930 a 1932 e ditou a derrota e morte de vários nativos, que procuraram lutar contra a dominação colonial.

Vencida a guerra, os portugueses retalharam a atitude dos nativos, matando em seguida os sobas que estiveram ligados à resistência e também, a partir desta data, começou o tráfico de escravos na região.

Nos finais de 1932, em reconhecimento aos soldados portugueses mortos durante o período de 15 anos de confronto com os nativos, a então Administração Municipal Portuguesa de Calulo, gravou na maior das pedras existente na zona dos confrontos os dizeres: “1917 a 1932 - homenagem aos combatentes portugueses da resistência a ocupação”.

Para os populares da região, o lugar é considerado “sítio histórico” da resistência dos nativos contra a ocupação colonial, em honra aos guerrilheiros calulenses tombados e embora pouco visível, a escrita permanece na pedra até aos dias de hoje.

O representante da Cultura disse que estão a trabalhar, com a adminis-

tração municipal, num projecto que pode tornar a zona da “Pedra Escrita” num sítio histórico de interesse turístico, assim como vários outros lugares existentes na região, dentre os quais o miradouro da Fazenda Cabuta, o Forte do Quissongo, a margem do rio Cuanza na ponte Filomena, a barragem da Fazenda belo Horizonte e o monte Quíria Matóge.

Restauração

A zona de quase 200 metros de extensão está cercada de arbustos, rochas e árvores centenárias e, ainda conserva um pequeno troço da estrada que ligava à entrada da vila. Hoje, a falta de conservação do espaço é visível. A escrita na pedra é quase ilegível, em parte devido ao verde da seiva das árvores.

O administrador de Calulo, Luís Mariano Lopes Carneiro, disse que têm já em carteira um projecto para requalificar o monumento e os vários lugares e sítios de atracção turística da região, na qual também está incluída a zona



MUNICIPIO DE LIBOLO-CALULO.

da “Pedra Escrita”. A requalificação inclui o tratamento adequado do lugar e o restauro das gravuras, quase ilegíveis, devido à falta de conservação.

“A Pedra Escrita é parte de um projecto integrado com a Fortaleza de Calulo. Temos apelado aos órgãos competentes, desde o governo provincial e o Ministério da Cultura, sobre a melhor maneira de valorizar o local, como uma homenagem aos nativos tombados na resistência contra os portugueses”, disse.

O administrador esclareceu que das duas pedras escritas existentes no Libolo, a que se localiza na comuna da Munenga, sentido ao Lussusso, a escrita da mesma surgiu como sinalética na construção da Estrada Nacional 230 no período colonial, enquanto a gravada e localizada no bairro Daluso, à entrada da Vila do Libolo, foi à pedra usada pelos nativos, como escudo de protecção, durante as guerras de resistência contra a penetração e ocupação portuguesa.

A administração portuguesa, explica, instituiu oficialmente a vila de Calulo no dia 31 de Janeiro de 1900. Para o responsável máximo do Libolo, a data de 13 de Junho, dia que é comemorado as festas da vila, é uma data religiosa, dedicado ao Santo António da igreja católica, padroeiro do Libolo e não corresponde ao dia da fundação instituída pela administração portuguesa.

Com vista a contextualizar a data, o administrador informou que foi achada a data instituída pela administração colonial, no dia 31 de Janeiro de 1900, como sendo a ideal para os dias actuais, mas, ainda carece de consenso dos vários sectores que congregam a sociedade Libolense, para depois se estabelecer uma data certa.

O dia 13 de Junho, consagrado a Vila é celebrado anualmente nas festas da cidade, o Festi-Calulo, que é acompanhado com a peregrinação à capela da nossa Senhora de Fátima de Calulo.

Calulo-Libolo

A Fortaleza de Calulo, construída entre os séculos XVIII e XIX (1893 a



SOBA GERAL DE CALULO, PAULO VARANDA

1894), pelos portugueses, está situada no centro de Calulo, sede do município do Libolo e servia para auxiliar no avanço das conquistas militares contra os nativos da região, assim como facilitar o comércio de escravos.

A sua edificação teve a participação directa dos nativos. Através de trabalhos forçados e de humilhação, o que causou a perda de muitos nativos, os portugueses obrigaram os natos a carregar as pedras para a edificação do muro do forte.

Os primeiros habitantes da região inicialmente habitavam em zonas montanhosas, entre elas o bairro Luculo, que se situava no cimo da montanha onde actualmente está localizado a Fortaleza de Calulo.

Nos primeiros contactos com os nativos, após a tomada da zona, os portugueses com deficiência em pronunciar o nome Luculo, entenderam chamar o bairro nativo de Calulo. Libolo, por sua vez, é proveniente de Lubulo, nome do antigo soba de Calulo, Ngana Lubulo, oriundo de Quiçama.

Construída no centro da vila e próximo da residência oficial do administrador colonial do município, a fortaleza é considerada um importante monumento de arquitectura militar que continua a receber o tratamento conferido no contexto nacional ao símbolo do património cultural angolana, dada a sua dimensão histórica.

Dados geográficos

Libolo é um município da província do Cuanza-Sul, a sua sede é na vila do Calulo. Tem 9.000 km² e 85 mil habitantes, com base nos dados do censo de 2014. É limitado a Norte pelos municípios de Cambambe e Cacuso, a Este pelo município de Mussende, a Sul pelo município da Quibala, e a Oeste pelo município da Quiçama. É constituído pelas comunas de Calulo, Dambos, Cabuta, Munenga e Quissongo. Sita a 268 quilómetros da sede capital, Sumbe e 285 quilómetros da capital do país, Luanda.

CABO VERDE CRIA PLANO NACIONAL DE LEITURA

O Governo de Cabo Verde anunciou no passado dia 12 de Dezembro a criação de um Plano Nacional de Leitura, com um conjunto de estratégias e acções para aumentar os níveis de literacia e os hábitos de leitura e escrita no país.

O Plano Nacional de Leitura é uma iniciativa do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas e do Ministério da Educação, que serão responsáveis pela sua concepção, desenvolvimento, seguimento e avaliação.

Durante a assinatura do despacho conjunto com a sua homóloga da Educação, Maritza Rosaball, o ministro da Cultura e das Indústrias Criativas cabo-verdiano, Abraão Vicente, sublinhou que o plano vem dar resposta aos baixos níveis de literacia no país, mas «não é uma lista de livros».

O governante avançou que é um conjunto de estratégias e acções para desenvolver competências no domínio da leitura e da escrita, bem como alargar e aprofundar hábitos de leitura na sociedade cabo-verdiana, com maior incidência na população escolar.

Entre as acções estará a promoção da leitura em ambiente escolar, de forma orientada na sala de aula, bem como outros projectos orientados para o contexto da escola, da família, das comunidades locais e população em geral.

«Pensar a educação e a cultura como eixos de governação pressupõe assunção da leitura como prioridade nacional e política, tomando esta competência como básica para o acesso plural ao conhecimento e ao enriquecimento cultural», enfatizou Abraão Vicente, sublinhando o «momento simbólico» e a parceria óbvia com o Ministério da Educação.

O plano será desenvolvido por uma equipa coordenada pela Biblioteca Nacional, tutelada pelo Ministério da Cultura, que na implementação das actividades irá envolver as escolas, bibliotecas municipais, universidades, centros de formação, autarquias, ONG's, comunicação social e toda a sociedade civil.

Abraão Vicente disse que o plano será «contínuo e constante», mas será sempre alvo de «adaptação».

O ministro indicou ainda que a implementação do plano de leitura irá implicar a organização de bibliotecas, dos jardins infantis às universidades, inserção de momentos de leituras diárias, jogos e actividades lúdicas de contacto com o livro, feiras de livro, concursos, semanas de leitura e de autores cabo-verdianos.

Abraão Vicente pediu também envolvimento das famílias e encarregados de educação, considerando que devem



introduzir «dinâmicas» no sentido de o livro ser um objecto de uso diário, contribuindo para o desenvolvimento psicológico e intelectual da criança.

«O livro não pode ser um objecto raro na vida das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, deve ser um objecto tão corriqueiro como um telemóvel e as novas tecnologias e temos que introduzir o livro no contexto onde as crianças estão», disse o governante.

O plano irá promover encontros das crianças com escritores, no sentido de terem «contacto amplo» também com os ilustradores, prosseguiu Abraão Vi-

cente, considerando, por isso, ser importante a publicação de livros infantis.

Abraão Vicente informou que, no âmbito do plano, o Ministério da Cultura está a fazer uma «intensa campanha» internacional para adquirir livros e depois doá-los às bibliotecas do país.

Por sua vez, a ministra da Educação, Maritza Rosaball, considerou que a assinatura do despacho conjunto é o culminar de um processo iniciado há alguns meses na procura de parcerias e criação de condições para se avançar com o Plano Nacional de Leitura. «O plano visa trabalhar para que a leitura

seja um elemento fundamental no desenvolvimento das crianças, adolescentes e população em geral», sublinhou a ministra, entendendo ser um «grande desafio» a longo prazo para o país, que actualmente apresenta baixos níveis de leitura.

«A leitura constitui uma das principais formas de fazermos desenvolver a cultura, mas também a educação, porque é uma competência básica que levamos para toda a vida», notou Maritza Rosaball, anunciando criação de condições nas escolas para desenvolver o «gosto pela leitura».



TRÊS POEMAS EM DEZEMBRO

PORQUÊ, JESUS?

Porque te obrigaste, Jesus,
A nascer em palhas sujas e
bafientas?
Para mostrares aos outros
Que os berços de oiro pouco ou
nada valem?

E porque será que quem mais te
bajula
E até dá graças a Deus,
É quem nasceu nesses berços?

Até parece que abandonaste
Os que seguiram e seguem,
Todos os dias,
O teu exemplo,
Tantas vezes sem sequer palha
terem...
Porquê?

Por não terem sido e não serem
sinceros
Nos seus nascimentos?
Por se terem sujeitado a essa
fatalidade
E não por livre vontade?

E os outros?
Esses têm sorte...



*In Sérgio O. Sá,
"Do Diário de um Marginal"*

CHEGOU O NATAL

É momento de partilha, chegou o Natal
Fazemos o balanço entre o bem o mal,
As vivências são de avaliação individual
Temos a consciência para tal.

Há quem nos ame e quem nos deseje prejuízos
Os sucessos de seres iguais causam egoísmos
Sabemos acreditar nas convicções
Não nos submetemos a submissões.

Apesar de tudo, gostamos da luta e disputa
O diálogo e a concorrência em partilha é um bem
A Força, a Beleza e Sabedoria com Justiça
É o nosso equilíbrio na vida de labuta.

Z. BOAL, 2017



MARCHANDO DESAMARRADOS E LIBERTOS DE VISÕES MÍOPES E DE ESPARSA ILUMINAÇÃO

Marcho sem pés e sem música e sem fronteiras visíveis ou invisíveis
Monto simultaneamente camelos e dromedários de duas ou quatro patas
Lambo as patas de um pirilampo e ilumino parte da memória obscura
Afundo-me na escuridão da câmara escura aparentemente sem salvação

Finjo-me quase moribundo ao luar perante a insensível apatia geral
Encerro-me com excepção da cabeça dos dedos das mãos nas areias claras
Encerro os olhos e tranco-me nas visões profundas da profusa mente
Perco-me em mim todo nu em busca do norte e da agulha magnética

O suor pinga-se-me por todo o lado e exalo o odor da humanidade
Confundo noites e dias claros e aqueles tingidos de mil e tal cores
Prendo-me à absurda realidade das ilusões e de múltiplas circunstâncias
Cansa-me estar de mão no ar a acenar para um cenário de gente imóvel

Solto as rédeas do povo de mutantes e deixo-os soltos de amarras
Liberto-lhes o bom senso e desperto-os mais cedo para que saltem cercas
Mantenho-me porém nas cercanias
cercado de sombras matizadas
Só oiço o som e a voz matriz e enco-
lho-me sem que isso se veja muito

Arrebento com correntes e grilhões
de quem está fixo à imagem
Vergo a vontade aos caprichos mo-
rais e físicos aleatórios da natureza
Tudo tem ordem mista definida e
indefinida sob o meu mandato pessoal
Abaixo-me e rebaixo-me a certos
caprichos descontrolados e aleatórios



Dependuro o peito e o pescoço à beira dum perigoso penhasco sem altura
Sacudo incómodos insectos de cima do capote que me cobre a miséria
Resigno-me com os desígnios ígneos de quem se me vai rindo nas costas
Reporto relatos abstractos à família que pouco ou nada tem de sagrado...

Sinto arrepios ao comungar da prolongada excomunhão com o Grande
Espírito...

*Escrito em Luanda, Angola, por Manuel (D'Angola) de Sousa, a 23 de Dezem-
bro de 2018, em Alusão e Homenagem ao Pensamento Livre e Inter-Religioso
(Ecuménico) dos Homens e Mulheres-Livres-Pensadores, os quais, se dedicam
ao espírito e à prática da Paz e aos princípios fundamentais da Liberalização
plena das Leis e da Sociedade, rumo a uma Humanidade Evoluída e Moderna,
seja em Mente, seja Materialmente...*

*Em pleno respeito pelas celebrações da Hannukah Judaica e do Natal Cris-
tãos, os quais, decorrem um pouco por todo o lado, nesta ocasião presente, e
com os melhores desejos a todos os que celebram tais acontecimentos e práti-
cas religiosos...*

MUSOSO WA KAKALUNGA OKUBUSA KWA MULENGE



MÁRIO PEREIRA

1.- Omwinji wa mulenge, kamba dya muthu una ulenduka omukutu wadizalela mu dixisa dya lumbu lwa dibata, wiza kamwanyu kwala kuswinisa woso wandala kukala ne ku mbanji ye. 2.- Mu kaxi ka mabaya ma tina makala mukukondoloka odibata dyenyedi, omwinji wenyo pe, sekubinga kixikanu, mwene ubokona anga ubana kwijiya muthu umukingila omukonda dya kwendela kwe kwa dikanga. 3.- Mukukondoloka okididi ku mbanji ya dixisa, okitembu ni kubilujuka kwe anga ukala mukubana kwijiya okukalela kwe kwenyoko, ubangesa oso amukingila kukala mukwivila we hanji okwongola kwa ukamba we wenyo. 4.- Mu kaxi ka ifikilu, okudixiba kwa utangelu ulunga okifwa kye mu ifikilu yatakala mu ditokwa dyajingumuna kwila kitembu kyenyeke ibalumuna, anga mukukamba kulandeka mu kididi ki kye, iyi kilombololu kya kima kyawaba. 5.- O isasa pe - yadikwata ku mukutu wa muxi ulebasa bulu, kala wamusambela Nzambi, o jitangu je jakukuta kya ni utemenu wa mwanya - ukala mukwivila mu dikunda dye dyateme kya okutalala kwa kitembu kyenyeke kikola kwila, ni kubusa kwe mu kifwa kyalenduka, uwabesa omwenyu wa muthu ki wadyelela kukala kumukingila dingi. 6.- Mukulenduka kwe - kyoso ki mulenge wenyo ukala mukutangela omukanda umuxana - mulenge wenyo anga uya boso boso sekwiijiya kwebi, udyendesha ku polo; utukila ipaka; ubokona kwebi mwene ngo utena kubanga kyenyeke, mukulengesa omunza wa mwanya mwenyo ukatesa okididi kwebi mwene o mwanya udiswama. 7.- Muthu wakambe kuswina mu kitangana kya kuzeka, yene okitembu kyenyeke ni kulenduka kwe wiza kuwongola woso ukala mukwivila kuma kitangana kya kuzeka kyatulu mwene kya mu kindala kyenyeke. 8.- Kyoso kitembu ukamba ayixana mukumoneka ku polo ya athu mu kifwa kya kilekelu kyokwate kya ni maku, ukexilu wenyo anga uwabesa wendelu wa muthu wamukwenda mu mwanya wavulu kutema umutundisa menya mu mukuthu, kyenyeke anga ukatula mu jibela okyaku kye kyazele kwala kumakondona. 9.- Sumbala kyenyeke pe, ilengesa anga ifikidila we hanji woso umwivila kutula yoxinjike kwala jinjinda ja kalunga ka menya kafulukana kya, ni mwinji we ubekesa woma ufomwena, mu mabata ma sanzala, odizamba dya mabata dyobange mu kifwa kya mbulu; o muxi wosabuke mu ulebelu wa njila kwila ubetama kifwa mubika mu ubitulu wa kitembu kyenyeke kyakalunga. 10.- Ngizola - wakexile mukwambela ngibidi muzodi wa mbutu - kumona mwinji ukala mukubumisa mukuthu wadibale boxi; mwinji umubalumukisa anga umwendesa njila ya kukalakala kwe umubwidisa; wimanesa okudyelela kwa muthu wenyo wovunge ni udidilu we anga ukondondona we hanji, ni nguzu kwila mwinji wenyo usambuka, ohota wa disu dye disanzumuna odisoxi dye dyasuku, disoxi dina dikembesa o polo ye mu kidifwa kwila muteki umoxi, muteki una wabeta mukubulakana, ukwata anga uta mu dixisa odyo dya kutekela, dixisa dyabubu kwila, kwenyoko kidi mwene, didizalesa ni muxima una wakambe ukala mukembesa okipaka kya athu atokala ku ungana, ungana wenyo anga ukala kudixila. 11.- Okitembu kyenyeke pe, mu ukalakalu wa kukala mukwambata oditokwa dikanga dina, ikatesa woso wibwima moxi ya kibubidilu kya muthu wandala kukukondoloka! 12.- Mu kudinuma okuwaba ni waku mwene okitembu okyo uya anga wiza dingi, anga amuximana mukubana omunza wa kulenduka kwe; anga amuzwela kyayiba kyoso kikala mukudisa, ni kuswina kwe kwoso, o winyi womwike kya kwila ubangesa muxitu kukala kididi kyakalunga.

CONTO DE KAKALUNGA O SOPRO DO VENTO

1.- O silvo do vento, companheiro de quem amansa o corpo acamado na esteira do quintal, vem de mansinho para animar quem o quer a seu lado. 2.- E é por entre as aduelas que cercam a moradia que ele, sem pedir licença, entra e dá a conhecer a quem o espera o motivo da sua longa jornada. 3.- Rodopiando o lugar à beira da esteira, o vento em remoinho anuncia a sua presença, levando quem o espera a sentir a sua confortável companhia. 4.- E por entre conjecturas, a mudez do diálogo ganha forma em suposições de conformidade com a espiral de poeira que levanta, sendo boa-nova quando não demora em lugar que não é o seu. 5.- E o silvado - agarrado a uma haste que ergue aos céus, como quem suplica, os troncos ressequidos pelo calor - sente no dorso esquentado a frieza do vento santo que, soprando em modo brando, ameniza a vida a quem dela nada mais espera. 6.- Benevolente - e lendo a mensagem que o chama - é sem adornos que parte para lugar incerto, seguindo em frente; saltando barreiras; entrando onde só ele o pode fazer, afugentando o calor que enferma o lugar em que se acoita. 7.- Desanimado à hora em que o corpo acamado quer descansar é ele, o vento, que, em suave carinho, conforta quem sente que, agora sim, é hora de dormir. 8.- Quando o sopro escasseia é chamado a aparecer à frente da gente sob o vai-vem do leque agarrado na mão, tornando amena a caminhada de quem ao sol ardente retira água do corpo que ele contém puxando, da algibeira, o lenço branco que a enxuga. 9.- Porém afugenta e acoita quem o sente chegar impelido pela fúria do mar revoltado, com o silvar medondo que arranca, do casario do musseque, o tecto que o improvisou gerou; o tronco plantado ao longo da avenida que se verga submisso à sua funesta passagem. 10.- Adoro - dizia um poeta apaixonado pela natureza - ver o sopro que alenta o corpo caído no chão; que o levanta e o põe a caminho do labor que o cansa; que ergue a esperança envolta em pranto e limpa, com a força do som que emite, o canto do olho onde vaza a última lágrima, aquela que adorna o rosto na imagem que um pintor, dos mais atentos, resgata para a tela vazia que, aí sim, se enche da alma carente que alinda a parede palaciana de gente nobre que o venera. 11.- O vento, levando a poeira a lugar remoto, enferma quem o respira sob a maldição de quem longe o quer sítar! 12.- E no combinado entre o benefício e a maldição, o vento vai e vem, ora adulado quando oferece o calor da sua brandura; ora amaldiçoado quando alimenta, com o seu vigor, a acha acesa que inferniza o sertão.



MASALA, O LEOPARDO



Por: Lito Silva

O CANTO DE LUSUNZI

ENTRETANTO, ALCURES O MAR ENTOA O SEU CANTO PROFUNDO EXTASIANDO A ALMA DE UM SOLITÁRIO QUE NESSA TARDE SE ENCHEU DE POESIA...

FINALMENTE TE ENCONTRO! QUERO FALAR CONTIGO MASÁ!

SENTA-TE E EXPÕE O TEU PROBLEMA, NLEKE!

NÃO TENHO NENHUM PROBLEMA APENAS PREOCUPA-ME O FACTO DE TU ANDARES MUITO TENSO NOS ÚLTIMOS DIAS !

ACOMODA-TE AFUNZO, VOU CONTAR-TE UMA LONGA HISTÓRIA !

"ESTA ILHA EM QUE NOS ENCONTRAMOS FOI EM TEMPOS REMOTOS O REFÚGIO DE UM PIRATA PORTUGUÊS ..."

"...CHAMAVA-SE FRACISCO BARBUDO! SEGUNDO O DIÁRIO DE BORDO DO NOSSO MALOGRADO TATA MWABI, BARBUDO FOI CAPTURADO E ENFORCADO MAS A LOCALIZAÇÃO DESTA ILHA NUNCA FOI DESCOBERTA."

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO

CURSO DE BANDA DESENHADA

INSCRIÇÕES ABERTAS

NA CASA DAS ARTES



HORÁRIO DA SECRETARIA
Das 10h às 18h, de segunda a sábado
Morada Talatona Via 5



contacto
(+244) 996660065
casadasartesluanda
info@casadasartesluanda.com

Curso intensivo semestral
Coordenação Pedagógica
© **Sisima Comics**

